

São Gotardo

Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

São Gotardo Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanco patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9

Relatório da Administração

A Administração da São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras acompanhadas do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia

A SGT é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2012, que tem por objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica no estado de Minas Gerais, proveniente do Leilão ANEEL nº 005/2012.

A SGT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa").

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2022	2021
Receita operacional líquida	8.264	10.443
EBITDA	7.236	9.154
Margem EBITDA	87,56%	87,66%
Reconciliação do EBITDA		
Lucro líquido do exercício	7.071	8.770
Resultado financeiro	(135)	66
Imposto de renda e contribuição social	300	318
EBITDA	7.236	9.154

EBITDA - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades administrativas da SGT e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Sistema de Gestão Integrado

A SGT, respaldada pela Alta Direção e por seus colaboradores, manifestam seu compromisso com o Sistema de Gestão Integrado, que contempla Qualidade, Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Gestão de Ativos. Declarando como diretrizes globais da organização o atendimento aos requisitos legais, regulatórios e do cliente, o comprometimento com a excelência e a melhoria contínua dos processos, direcionados à execução dos serviços de implantação, operação e manutenção de subestação e linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pelo valor de R\$45 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
São Gotardo Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Gotardo Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “SGT”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Gotardo Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Informações comparativas - valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 23 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.020	455
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	572	402
Ativo de contrato de concessão	6	5.639	5.184
Impostos e contribuições sociais correntes		223	275
Estoque		80	80
Outras contas a receber		795	651
Total dos ativos circulantes		8.329	7.047
<i>Ativos não circulantes</i>			
Ativo de contrato de concessão	6	66.990	65.190
Imobilizado		8	3
Intangível		13	13
Total dos ativos não circulantes		67.011	65.206
Total dos ativos		75.340	72.253
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		36	27
Empréstimos e financiamentos	10	-	2.449
Impostos e contribuições sociais correntes		103	55
Taxas regulamentares		71	50
Dividendos a pagar	9	1.679	37.421
Outras contas a pagar		19	67
Total dos passivos circulantes		1.908	40.069
<i>Passivos não circulantes</i>			
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	2.237	2.168
Tributos diferidos	8	2.604	2.524
Total dos passivos não circulantes		4.841	4.692
Total dos passivos		6.749	44.761
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		10.457	10.457
Reserva de lucros		58.134	17.035
Total do patrimônio líquido	12	68.591	27.492
Total dos passivos e do patrimônio líquido		75.340	72.253

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota expli- cativa	2022	2021
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		4.517	6.946
Remuneração do ativo contrato de concessão		3.747	3.497
Receita operacional líquida	16	8.264	10.443
<i>Custos operacionais</i>			
Pessoal		(71)	(5)
Serviços de terceiros		(763)	(752)
Outros custos operacionais		(34)	(35)
Lucro Bruto	17	7.396	9.651
<i>Despesas gerais e administrativas</i>			
Pessoal e administradores		(58)	(6)
Serviços de terceiros		(86)	(482)
Outras despesas operacionais		(16)	(9)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas dos impostos e contribuições	17	7.236	9.154
Receitas financeiras		139	54
Despesas financeiras		(4)	(120)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	18	135	(66)
Lucro antes dos impostos e contribuições		7.371	9.088
Imposto de renda e contribuição social correntes		(231)	(162)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(69)	(156)
Imposto de renda e contribuição social	11	(300)	(318)
Lucro líquido do exercício		7.071	8.770
Lucro por ação			
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	15	0,67620	0,83867
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	15	0,67620	0,83867

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)**

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	7.071	8.770
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	7.071	8.770

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial	Lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		10.457	797	9.660	-	2.152	-	23.066
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	-	(2.152)	-	(2.152)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	8.770	8.770
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	6.578	-	(6.578)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(2.192)	(2.192)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12	10.457	797	9.660	6.578	-	-	27.492
Retificação da destinação do resultado do exercício anterior		-	-	-	2.192	-	-	2.192
Transferência de dividendos declarados para reserva de lucros a realizar		-	-	-	33.515	-	-	33.515
Transferência entre reservas de lucro		-	-	(9.660)	9.660	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	7.071	7.071
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal		-	354	-	-	-	(354)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	5.038	-	(5.038)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(1.679)	(1.679)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12	10.457	1.151	-	56.983	-	-	68.591

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do fluxo de caixa
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota expli- cativa	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		7.071	8.770
Ajustes para:			
Juros sobre empréstimos e financiamentos.	18	31	92
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	231	162
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	69	156
Tributos diferidos	16	80	176
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 e 16	(3.747)	(3.497)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 e 16	(3.994)	(6.541)
Reversão de parcela variável		-	(242)
		<u>(259)</u>	<u>(924)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Redução no saldo de contas a receber de concessionárias e permissionárias e ativo de contrato de concessão		5.316	4.828
Aumento (Redução) aumento no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		61	(16)
(Aumento) no saldo de outros créditos		(144)	(394)
Aumento no saldo de fornecedores		10	3
Aumento (redução) no saldo de taxas regulamentares		20	(112)
(Redução) no saldo de outras contas a pagar		(49)	(30)
		<u>5.214</u>	<u>4.279</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		4.955	3.355
Imposto de renda e contribuição social pagos		(192)	(134)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.763	3.221
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições no imobilizado e intangível		(4)	(6)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(4)	(6)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(2.448)	(2.446)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10	(32)	(96)
Pagamento de dividendos	9	(1.714)	(2.565)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		(4.194)	(5.107)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		565	(1.892)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	455	2.347
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	1.020	455
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		565	(1.892)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada São Gotardo - MG, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 005/2012, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia foi constituída em 12 de junho de 2012 e assinou em 27 de agosto de 2012, com a ANEEL, o Contrato de Concessão nº 024/2012 para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão pelo prazo de 30 anos. A Companhia iniciou suas operações em 19 de março de 2014, data está informada a ANEEL.

A SGT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2023.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar a infraestrutura, operar e manter).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação como parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Provisões para riscos fiscais - A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

2.6. Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre o montante a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa em 5,31% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão - Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologia definidos no contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros sobre empréstimos e financiamentos.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.5. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.6. Demonstração dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.7. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 aplicáveis à Companhia:

Norma	Descrição da alteração
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de ‘10%’ para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.
IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A aplicação das normas referenciadas na tabela acima não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

b) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não aplicáveis à Companhia:

Norma	Descrição da alteração
Alterações no CPC 00: Referência à estrutura conceitual	Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à estrutura conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	As emendas proíbem deduzir do custo de um item do ativo imobilizado quaisquer receitas provenientes da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

c) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição da alteração
IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).
Alterações à IFRS 10 - CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante e exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis.
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis.
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros.

4. CAIXA EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	15	17
Aplicações financeiras	1.005	438
	1.020	455
Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	31/12/2022	31/12/2021
CDB	101,45% do CDI	101,52% do CDI

Equivalentes de caixa são depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	577	407
Parcela variável (i)	(5)	(5)
	572	402
Circulante	572	402

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos no exercício de 2021 (em 2022 não houve movimentação), que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

• Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP – A Companhia será remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

6. ATIVO DE CONTRATO

Mutações do ativo de contrato de concessão					
Linhas de transmissão	31/12/2021	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2022
SE - São Gotardo II - MG	70.374	3.747	3.994	(5.486)	72.629
Circulante	5.184				5.639
Não circulante	65.190				66.990

Mutações do ativo de contrato de concessão					
Linhas de transmissão	31/12/2020	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2021
SE - São Gotardo II - MG	65.324	3.497	6.541	(4.988)	70.374
Circulante	4.746				5.184
Não Circulante	60.578				65.190

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022		
Resolução nº 3.067 de 12/07/2022			Resolução nº 2.059 de 05/10/2021		
Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
6.662	-4	6.658	5.963	-338	5.625

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – passivo (*)	2.237	2.168

(*) Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2022	31/12/2021
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo (*)	2.604	2.524

(*) Valores referentes à aplicação do CPC 47.

9. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
Transações com empresas ligadas					
1	OCR - Contrato de CCT - CEMIG D	R\$57 Valor mensal	18/03/2014 até o término da concessão.	Juros efetivos de mora de 12% a.a. e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, conforme atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.
2	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") - CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Transações com empresas ligadas					
1	Contrato de CCT - CEMIG D	99	89	1.128	1.036
2	PSTEL - CEMIG	469	311	5.149	4.308
		568	400	6.277	5.344

b) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
Transações com Controladora					
1	OCP - Serviços de "back-office" - Taesa	R\$27 Valor mensal	27/09/2019 a 27/09/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
2	OCP - Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	N/A	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.
Transações com empresas ligadas					
3	OCP - Contrato de CCI - Cemig Geração e Transmissão ("CEMIG GT")	R\$3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o término da concessão.	Juros efetivos de mora de 12% a.a. e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.
4	OCP - O&M - CEMIG GT	R\$49 Valor mensal	10/07/2019 a 10/07/2024	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido antecipadamente e unilateralmente, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição, por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.
R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Transações com a Controladora					
1	Serviços de "back-office" - Taesa	-	-	-	353
2	Compartilhamento de Infra. e RH	14	15	171	15
Transações com empresas ligadas					
3	CCI - CEMIG GT	5	4	56	51
4	O&M - CEMIG GT	-	48	702	637
		19	67	929	1.056

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2021	Adição	Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos declarados (*)	Dividendos pagos	31/12/2022
Taesa	37.421	1.679	(35.707)	(1.714)	1.679

(*) A AGO de 29 de abril de 2022, retificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021. Com essa decisão, os dividendos mínimos obrigatórios e os dividendos declarados foram transferidos para reserva de lucros a realizar.

III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Características do Financiamento						
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado e liberado	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
BNDES-FINAME	04/12/2012	CCB-subcrédito A	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.	-

Movimentação dos financiamentos					
Financiador	31/12/2021	Juros incorridos	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2022
BNDES – FINAME (taxa fixa)	2.449	31	(32)	(2.448)	-
Circulante	2.449				-
Não circulante	-				-

Movimentação dos financiamentos					
Financiador	31/12/2020	Juros incorridos	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2021
BNDES – FINAME (taxa fixa)	4.899	92	(96)	(2.446)	2.449
Circulante	2.452				2.449
Não circulante	2.447				-

O contrato de empréstimo e financiamento possuía apenas cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência do mesmo.

11. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Reconciliação da taxa efetiva	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	8.801	8.801	11.051	11.051
Provisão parcela variável	-	-	258	258
Diferença entre regime de caixa e competência	(2.431)	(2.431)	(5.880)	(5.880)
	6.370	6.370	5.429	5.429
Percentual	8%	12%	8%	12%
	510	765	434	651
Demais receitas:				
Rendas de aplicação financeira	139	139	54	54
Outros	36	36		
	175	175	54	54
Base de cálculo	685	940	488	705
Imposto de renda - 15%	(103)	-	(73)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(44)	-	(25)	-
Contribuição social - 9%	-	(84)	-	(64)
Total de despesa	(147)	(84)	(98)	(64)
Total de IRPJ e CSLL		(231)		(162)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro presumido) e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

	2022	2021
Imposto de renda	(45)	(101)
Contribuição social	(24)	(55)
	(69)	(156)

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado era de R\$10.457.000,00 (dez milhões e quatrocentos e cinquenta e sete mil reais), representados por 10.457.000 (dez milhões quatrocentas e cinquenta e sete mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e (b) Reserva de lucros a realizar - constituída com base no artigo 197 da nº Lei 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anuais mínimos obrigatórios de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro líquido societário do exercício	31/12/2022	31/12/2021 (*)
Lucro líquido do exercício	7.071	8.770
Reserva legal	(354)	-
Reserva de lucros a realizar	(5.038)	(6.578)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(1.679)	(2.192)

(*) A AGO de 11 de maio de 2022 retificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021.

13. COBERTURAS DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de Indenização	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral	FATOR Seguros	20/09/22 a 19/09/23	10.000	1
Risco Operacional	Mapfre Seguros	01/12/22 a 01/06/24	126.000	51
Directors & Officers	EZZE Seguros	19/09/22 a 18/09/23	60.000	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

14.3. Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado:		
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	1.005	438
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	15	17
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	572	402
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	794	619
	2.386	1.476
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	36	27
- Empréstimos e financiamentos	-	2.449
	36	2.476

14.4. Risco de mercado

14.4.1. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

14.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2022	Cenário provável em 31/12/2023
CDI (a)	12,39%	12,75%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 03 de março de 2023 – Fonte Externa Independente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2022	Efeito Provável no LAIR - 2023 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa – CDI	1.005	4

14.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

14.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos e financiamentos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas ("covenants"), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia), (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

14.7. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

14.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

14.8.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	1.005	438	Nível 2

15. LUCRO POR AÇÃO

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	7.071	8.770
Quantidade de ações ordinárias	10.457	10.457
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0.6762	0.83867

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	2022	2021
Remuneração do ativo de contrato de concessão	3.747	3.497
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	3.994	6.541
Operação e manutenção	1.073	977
Parcela variável	(7)	32
Outras receitas (a)	(6)	4
Receita operacional bruta	8.801	11.051
PIS e COFINS correntes	(233)	(198)
PIS e COFINS diferidos	(80)	(176)
Encargos setoriais	(224)	(234)
Deduções da receita	(537)	(608)
Receita operacional líquida	8.264	10.443

(a) Receitas de rede de fronteiras e Demais Instalações – DIT.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	2022	2021
Receita operacional bruta	8.801	11.051
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(2.431)	(5.622)
Receita operacional bruta tributável	6.370	5.429

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2022	2021
Pessoal	(129)	(11)
Serviços de terceiros	(849)	(1.234)
Outros custos e despesas operacionais	(50)	(44)
Total custos e despesas	(1.028)	(1.289)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos e despesas com serviços de terceiros: Os custos referem-se basicamente aos custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações e viagens. As despesas referem-se basicamente as despesas de serviços gráficos, auditoria, consultorias administrativas contrato de compartilhamento de infraestrutura e RH.

Outros custos e despesas operacionais: referem-se basicamente a seguros, patrocínios e impostos estaduais e federais.

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2022	2021
Renda de aplicação financeira	139	54
Receitas financeiras	139	54
Empréstimos e financiamentos		
- Juros incorridos	(31)	(92)
	(31)	(92)
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	27	(28)
Despesas Financeiras	(4)	(120)
	135	(66)

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - No projeto de construção da subestação de São Gotardo não foi necessária a emissão de licença ambiental específica, pois a área onde o ativo foi construído já estava licenciada e, portanto, não foi constituída provisão para gastos de compensação ambiental.

Alteração na diretoria - Em 28 de dezembro de 2022, o Sr. Erik da Costa Breyer apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, será disponibilizada no sítio eletrônico da Taesa até 30 de abril de 2023, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Vago	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
André Augusto Telles Moreira	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49